

O ACOMPANHAMENTO DE ALUNOS COM NECESSIDADES EDUCACIONAIS ESPECÍFICAS NO IFCE CAMPUS UBAJARA: UMA DISCUSSÃO SOBRE A ATUAÇÃO INTERDISCIPLINAR

Adauto de Vasconcelos Montenegro¹

Aline Gurgel Rego²

Cinthya Suely Miranda Saraiva de Carvalho³

Edmara Teixeira Oliveira⁴

Alice Nayara dos Santos⁵

RESUMO

O presente artigo objetiva apresentar a construção de uma metodologia de acolhimento e atendimento aos estudantes com necessidades educacionais específicas no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará - *Campus* Ubajara, tomando por base a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência - LBI. No que concerne à metodologia utilizada, a construção do caminho da pesquisa foi estabelecido junto com os sujeitos respeitando suas características, peculiaridades e demandas, assumindo, assim, a postura qualitativa com pesquisa de campo, com a realização de três etapas. Entre os resultados, é possível apontar que, por meio do trabalho interdisciplinar, foi possível intervir junto às problemáticas apresentadas pelos estudantes com necessidades educacionais específicas, promovendo adaptações necessárias, acompanhamento com diferentes profissionais e sensibilização de docentes. No que concerne às limitações deste estudo, aponta-se a ausência de uma análise global das ações pedagógicas realizadas no campus com diversos estudantes, mesmo sem necessidades educacionais específicas, o que pode ser uma oportunidade para futuros estudos, visando à construção de instrumentais de adaptação que beneficiem todo o corpo discente.

Palavras-chave: Necessidades Específicas, Inclusão, Interdisciplinaridade.

INTRODUÇÃO

O presente trabalho tem como objetivo apresentar a construção de uma metodologia de acolhimento e atendimento aos estudantes com necessidades educacionais específicas no

¹ Doutorando, Mestre e Graduado em Psicologia pela Universidade Federal do Ceará - UFC. Psicólogo do IFCE - *Campus* Ubajara, adauto.montenegro@ifce.edu.br;

² Graduada em Serviço Social pela Universidade Estadual do Ceará - UECE. Especialista em Serviço Social, Políticas Públicas e Direitos Sociais pela UECE. Assistente Social do IFCE - *Campus* Ubajara, aline.gurgel@ifce.edu.br;

³ Graduada em Licenciatura Plena em Pedagogia pela Universidade Federal do Piauí - UFPI. Especialista em Gestão Escolar e Coordenação Pedagógica pela Faculdade Integrada AVM. Pedagoga do IFCE - *Campus* Ubajara, cinthya.miranda@ifce.edu.br;

⁴ Mestra e Graduada em Enfermagem pela Universidade Federal do Ceará- UFC. Enfermeira do IFCE - *Campus* Ubajara, edmara.oliveira@ifce.edu.br;

⁵ Doutora e Mestre em Educação pela Universidade Federal do Ceará - UFC. Graduada em Pedagogia pela Universidade Federal do Piauí - UFPI. Professora do IFCE - *Campus* Ubajara. Coordenadora da Coordenadoria Técnico-Pedagógica, alice.santos@ifce.edu.br.

Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará - *Campus Ubajara*, tomando por base a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência – LBI e a reserva de vagas prevista por lei (BRASIL, 2016).

Diversos estudos apontam questões e demandas relacionadas à inclusão de estudantes no âmbito do ensino técnico, tecnológico e superior. Parcela significativa de tais estudos discutem, especificamente, possibilidades e desafios na inclusão de pessoas com deficiência e/ou necessidades educativas específicas (WELLICHAN; SOUZA, 2017; PEREIRA et al., 2016; GARCIA et al., 2018; MARQUES, 2017). Além de tais estudos, percebe-se também que a questão da inclusão contempla necessidades em várias áreas, como no ensino-aprendizagem, relações humanas, aceitação das diferenças, respeito a outras culturas etc. O espaço acadêmico, cada vez mais, aparece como um lócus central de diversidade, com a necessidade de se adaptar a tais demandas, conforme apontam Wellichan e Souza (2017):

E para que essa inclusão de fato aconteça é necessário voltar o olhar para o que antes era foco da educação básica, repensando todo o conceito de acessibilidade, práticas e convivência, revendo o espaço do Ensino Superior como um todo (p. 146)

Nesse contexto de discussões, avanços e desafios, em 2015, foi sancionada a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência, buscando assegurar o compromisso de um sistema educacional inclusivo em todos os níveis e o desenvolvimento de práticas pedagógicas inclusivas. Assim, o direito à inclusão ganhou destaque tanto no cenário social quanto no cenário educacional.

DESENVOLVIMENTO

O conceito de deficiência, a LBI e suas oportunidades

De acordo com a LBI, considera-se pessoa com deficiência “aquela que tem impedimento de longo prazo de natureza física, mental, intelectual ou sensorial, o qual, em interação com uma ou mais barreiras, pode obstruir sua participação plena e efetiva na sociedade em igualdade de condições com as demais pessoas.” (art. 2º) (BRASIL, 2015). A pessoa com deficiência era vista, anteriormente, como “portadora de necessidades especiais”, como “excepcional”, uma pessoa incapaz, “doente”, que necessita da tutela do Estado para tomar suas próprias decisões. Após a sanção da Lei, em vez de incapaz, a pessoa com deficiência passa a ser considerada plenamente capaz para praticar atos da vida civil na sociedade.

Uma das mudanças claras foi em relação à inclusão escolar. No texto garantiu-se, no Capítulo IV, a regulamentação dos direitos à educação, assegurando que a pessoa com deficiência e/ou necessidades educacionais específicas tenha direito a um atendimento especializado com profissionais aptos para tanto, independentemente da idade, permitindo atender, assim, suas necessidades especificamente, conforme trecho a seguir extraído do artigo 27 da referida lei:

A educação constitui direito da pessoa com deficiência, assegurados sistema educacional inclusivo em todos os níveis e aprendizado ao longo de toda a vida, de forma a alcançar o máximo desenvolvimento possível de seus talentos e habilidades físicas, sensoriais, intelectuais e sociais, segundo suas características, interesses e necessidades de aprendizagem (BRASIL, 2015).

No artigo 28 da LBI, afirma-se que é dever do poder público assegurar, criar, desenvolver, implementar, incentivar, acompanhar e avaliar as mais diversas atividades desde a garantia de um sistema educacional inclusivo em todos os níveis e modalidades; a adoção de medidas de apoio que favoreçam o desenvolvimento dos aspectos linguísticos, culturais, vocacionais e profissionais, levando-se em conta o talento, a criatividade, as habilidades e os interesses do estudante com deficiência; dentre outras garantam o exercício de sua autonomia.

No que concerne à Educação Superior, ainda no Capítulo IV da LBI nos incisos V, VI, VII, XIII, XIV, são apontadas medidas que garantam a real inclusão, por meio de adaptações, como a adoção de medidas de caráter individual e coletivo que maximizem o desenvolvimento de estudantes, favorecendo os processos de aprendizagem e, conseqüentemente, de permanência; o desenvolvimento de novos métodos, técnicas e equipamentos de recursos de tecnologia assistiva; o planejamento de estudo de caso e a elaboração do plano de atendimento educacional especializado. Nos incisos XIII e XIV são destacadas questões ligadas ao acesso tanto à educação superior quanto à educação profissional e tecnológica “em igualdade de oportunidades e condições com as demais pessoas” (inciso XIII), bem como a atenção acerca da inclusão de temas que digam respeito às temáticas relativas à pessoa com deficiência nos conteúdos curriculares de nível superior e de educação profissional técnica e tecnológica (BRASIL, 2005).

Obedecendo o que rege no Art. 30, nos processos seletivos para ingresso e permanência nos cursos oferecidos pelas instituições de ensino superior e de educação profissional e tecnológica, públicas e privadas, devem ser adotadas as seguintes medidas, como atendimento preferencial, disponibilização de formulário de inscrição de exames com campos específicos

para que o candidato informe os recursos de acessibilidade e de tecnologia assistiva, provas em formatos acessíveis, dilação de tempo, adoção de critérios de avaliação que contemplem singularidades de pessoas com deficiência e tradução de editais (BRASIL, 2015).

Tendo como base tais prerrogativas legais e também considerando os desafios práticos, a inclusão é um processo complexo e no ensino técnico, tecnológico e superior é uma prática ainda recente e para que seja efetiva e consiga ir além do campo da legislação, torna-se necessário direcionar práticas que eliminem as barreiras existentes dentro da Instituição. O ingresso do aluno com deficiência é um avanço no ensino superior, entretanto ingressar não é suficiente é necessário garantir a participação plena deste estudante e a absorção dos conteúdos (TOMELIN et al, 2018).

Tem-se que considerar o contexto e as limitações individuais de cada discente; o que impõe a necessidade de alterações pedagógicas fazendo com que o docente reflita sobre sua prática na perspectiva inclusiva. Para Gaio e Meneghetti (2011), o direito de todos à educação inclusiva é, sem dúvida, uma tarefa difícil, mas exequível. Precisamos ser capazes de desviar dos obstáculos que a escola tradicional coloca hoje para impedir o avanço das propostas de uma escola para todos, justa, democrática e aberta às diferenças. Falar de inclusão, portanto, é permitir que os direitos dos alunos com deficiência e/ou necessidades educacionais específicas sejam garantidos ao longo de toda a sua vida, permitindo que eles alcancem o pleno desenvolvimento de suas habilidades físicas, intelectuais e sociais de acordo com seus interesses.

A Resolução nº 50, de 14 de dezembro de 2015, aprova o Regulamento dos Napnes (Núcleos de Acessibilidade às Pessoas com Necessidades Educacionais Específicas) dos *campi* do IFCE. O NAPNE é um núcleo permanente que tem por finalidade promover o acesso, a permanência e o êxito educacional do discente com necessidades educacionais específicas no IFCE. No *campus* Ubajara não dispomos, formalmente, de um NAPNE em virtude de limitações físico-estruturais. Mesmo sem dispor desse Núcleo, procuramos flexibilizar o currículo, o material pedagógico e os recursos materiais em parceria com os docentes, de forma a eliminar as barreiras curriculares e avançar no sucesso educacional do nosso educando.

A Pró-Reitoria de Ensino do IFCE estabeleceu um Regulamento referente aos Procedimentos de Identificação, Acompanhamento, Avaliação de Estudantes com Necessidades Educacionais Específicas. Este Regulamento tem como objetivo orientar quanto às adaptações curriculares de discentes com necessidades específicas que necessitem de um acompanhamento específico. O referido regulamento está em fase de construção, com a participação de todos os *campi*; nele está presente desde a identificação desses discentes; o

encaminhamento para os setores responsáveis para realizarem o acompanhamento diferenciado desse aluno; como será realizada a sua avaliação, de acordo com sua necessidade até as adaptações de caráter técnico- administrativas.

No âmbito de intervenção e acompanhamento de tais estudantes, a Assistência Estudantil figura como importante área. Esta, no âmbito das instituições federais de ensino superior (IFEs) brasileiras, tem fundamento legal no Decreto Nº 7.234, de 19 de Julho de 2010, que dispõe sobre o Programa Nacional de Assistência Estudantil - PNAES, cuja finalidade principal é “ampliar as condições de permanência dos jovens na educação superior pública federal”. Ademais, elege como objetivos a democratização da permanência do estudante na educação superior, a minimização dos efeitos das desigualdades sociais na permanência, a redução da retenção e da evasão e, finalmente, busca contribuir para a promoção da inclusão social pela educação (BRASIL, 2010). Percebe-se, portanto, a amplitude de ações e áreas no escopo da Assistência Estudantil no âmbito das IFEs.

O PNAES não deve ser executado de forma isolada das demais políticas e ações da instituição, mas sim deve estar articulado às ações no âmbito do ensino, pesquisa e extensão (BRASIL, 2010). Dessa forma, é importante que as ações de assistência estudantil voltem-se não apenas à garantia de condições materiais e econômicas dos alunos, mas também à promoção da adaptação ao contexto de ensino-aprendizagem e também possam contribuir no desenvolvimento de novas competências exigidas em cursos técnicos e superiores.

No âmbito do IFCE, a Assistência Estudantil é composta de diversos profissionais, como psicólogos, assistentes sociais, pedagogos, técnicos em assuntos educacionais, assistentes de alunos, enfermeiros e nutricionistas. São também previstos referenciais de atuação para algumas categorias, estabelecendo ações específicas a serem geridas e executadas por cada categoria profissional (IFCE, 2016). Tendo como base a realidade de atuação do *campus* Ubajara, apresenta-se a seguir um referencial de ações proposto para os profissionais de Serviço Social, Pedagogia, Psicologia e Enfermagem. Quanto aos(as) assistentes sociais, estão o atendimento social, estudo social, análise socioeconômica, seleção de discentes para recebimento de auxílios, formação de grupos, oficinas, campanhas, elaboração de projetos e planos de intervenção, ações que contribuam para a superação de desigualdades e promoção da justiça social, inclusive, também com o enfoque em situações de problemas de aprendizagem, retenção e evasão. No que concerne aos(as) pedagogos(as), destacam-se ações de acompanhamento de discentes com problemas de rendimento e aprendizagem, elaboração de planos de intervenção e contato com docentes e com demais membros da equipe multiprofissional.

Quanto às atribuições dos profissionais de Psicologia, destacam-se ações como estabelecer estratégias de integração de novos discentes, compor a equipe multiprofissional de acompanhamento do processo de ensino-aprendizagem e desenvolvimento global do discente, viabilizar espaços de escuta e discussão de temáticas relacionadas à vida educacional, saúde, direitos humanos e outros temas relevantes e identificação e acompanhamento de casos que requeiram encaminhamentos no campo da saúde mental.

No contexto do *campus* Ubajara, destaca-se um conjunto de ações empreendidas pela Assistência Estudantil, como a gestão de auxílios (alimentação, moradia, transporte, participação em eventos, etc.), o acompanhamento psicossocial do público discente, sendo este operacionalizado por meio de atendimentos individuais, atividades em grupo, ações de educação em saúde (palestras, rodas de conversa, campanhas), visitas domiciliares e contato continuado com os docentes. A equipe da Assistência Estudantil, no *campus* Ubajara, atualmente é composta de uma assistente social, um psicólogo e uma enfermeira.

Considerando tais potencialidades e desafios do campo da Assistência Estudantil, é importante que haja uma articulação com outras áreas que voltem a atenção a aspectos pedagógicos, curriculares e de ensino-aprendizagem, a exemplo das Coordenadorias Técnico-Pedagógicas (CTPs), que no âmbito do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará (IFCE), são responsáveis por “prestar assessoria técnico-pedagógica ao Departamento de Ensino; coordenar, acompanhar e avaliar o processo de ensino-aprendizagem e desenvolvendo as atividades inerentes ao setor pedagógico” (IFCE, 2017). Entre as atribuições das CTPs, estão a gestão de atividades e rotinas da área pedagógica; colaborar com a área de ensino em diversas ações e eventos, como encontros pedagógicos e integração de novos alunos; discutir com os docentes resultados de avaliações dos alunos; assessorar coordenações de curso na elaboração de projetos de cursos e planos de disciplina; levantar dados e propor ações de combate aos processos de retenção e evasão; intermediar conflitos entre diversos atores do campo do ensino-aprendizagem: docentes, discentes, equipe administrativa, etc. (IFCE, 2017).

Mais especificamente no âmbito do *campus* Ubajara, algumas ações vêm sendo realizadas no âmbito da CTP. Entre elas, nos anos de 2018 e 2019 (IFCE, 2018; 2019), é possível citar o levantamento do perfil de alunos ingressantes, levantamento e o acompanhamento de alunos infrequentes, com baixo desempenho acadêmico e em regime de exercícios domiciliares, participações em reuniões de colegiados de cursos, orientações específicas a docentes, elaboração de parecer pedagógico para atualização de cursos e projetos curriculares pedagógicos, análise de planos de ensino, planejamento do Encontro Pedagógico e da Acolhida dos novos discentes, análises dos fatores/causas de evasão e retenção em diferentes

cursos. A equipe da Coordenadoria Técnico-Pedagógica, em Ubajara, é composta por uma docente coordenadora (pedagoga), uma pedagoga e um técnico em assuntos educacionais.

METODOLOGIA

A construção do caminho da pesquisa foi estabelecido junto com os sujeitos respeitando suas características, peculiaridades e demandas. Assumimos uma postura qualitativa com pesquisa de campo ancorada nos pressupostos de Kaufmann (2013). Para este autor, os caminhos que nos leva aos achados das pesquisas são artesanais e itinerantes, pois é no ir e vir, no olhar e ouvir, no escrever e descrever que construímos um olhar cuidadoso sobre o mundo e os sujeitos. Sendo assim, para a construção das estratégias de intervenção, várias fases e diversos autores são envolvidos, conforme poderá ser observado nos parágrafos seguintes.

Após o recebimento da informação do ingresso de um estudante com deficiência, a qual poderá ser repassada pela Coordenação de Controle Acadêmico ou transferida pelos próprios docentes, quando o aluno/a não entrou por meio das cotas ou não prestou tal informação durante a matrícula, a primeira ação a ser realizada é uma reunião entre a equipe da Coordenação Técnico-Pedagógica (CTP.) e Assistência Estudantil (AE). Nesta reunião é feita uma análise da documentação apresentada (laudos, atestados e outros documentos relevantes) ou dos fatos relatados pelo/a professor(a), a fim de ter um primeiro contato com o tipo de deficiência e com as possíveis limitações e dificuldade decorrentes dela.

Em seguida, realiza-se visita à escola onde o estudante cursou o Ensino Médio, para buscar informações a respeito do relacionamento interpessoal e familiar, bem como estratégias e metodologias utilizadas durante o processo de escolarização, observando em quais disciplinas estavam as maiores dificuldades acadêmicas. Posteriormente, ocorre uma visita domiciliar, onde são observados aspectos como a realidade socioeconômica, relação familiar e rotina do discente. Neste momento, intenciona-se o estabelecimento de uma parceria com a família, para melhor envolvimento nas atividades a serem propostas.

Depois da realização das três etapas mencionadas, o quarto momento é compreendido pela reunião com os(as) docentes das disciplinas cursadas pelo estudante em questão, a fim de ouvir suas percepções sobre o comportamento apresentado em sala, a interação com os demais integrantes da turma, bem como as principais dificuldades apresentadas até aquele momento. Nesta reunião também são fornecidas as informações obtidas pelas equipes da Coordenadoria Técnico-Pedagógica e Assistência Estudantil durante as visitas domiciliares e à escola e

repassadas algumas estratégias a serem utilizadas na realização de avaliações e demais atividades acadêmicas.

A etapa seguinte é destinada à elaboração de um cronograma de atendimentos individuais com os professores e também com o Serviço de Psicologia do *campus*. O psicólogo realiza atividades a análise e manejo de relações entre o estado psicológico e as demandas e os desafios advindos das rotinas e atribuições acadêmicas; apoio na organização da rotina de estudos (disciplinas e estudo pessoal), utilizando estratégias de organização e otimização do tempo; acompanhamento de situações ansiógenas que envolvam avaliação do discente, como provas e seminários; identificação e acompanhamento de discentes com problemas no campo do ensino-aprendizagem, como dislexia, disgrafia, dislalia, discalculia, visando ao correto diagnóstico e possíveis encaminhamentos e/ou adaptações, em conjunto com profissionais da Pedagogia; acompanhamento de discentes com baixo rendimento, investigando fatores psicossociais envolvidos.

O cronograma elaborado é apresentado para o estudante, em atendimento individual, e ressaltado o objetivo de tal ação. Todas essas atividades, resguardados os aspectos éticos e de sigilo profissional, são executadas no âmbito da equipe multiprofissional do *campus*, juntamente com a assistente social, enfermeira e pedagoga. Por fim, realiza-se o acompanhamento do cronograma elaborado, a fim de realizar possíveis ajustes de horários, e uma conferência contínua das notas e da frequência estudantil. Dessa forma, vamos construindo os caminhos e adaptando as ações para cada estudantes e docente. A partir disso, organizamos os dados em unidades teóricas e discutimos à luz da teoria que versa sobre acessibilidade, inclusão e educação de qualidade.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

O caminho se faz caminhando

Acreditar na capacidade de aprender de todos os educando sem exceção, é o que está por trás de toda ação educacional que visa o pleno desenvolvimento dos estudantes. Com essa convicção, é desenvolvido o trabalho interdisciplinar desenvolvido pelos atores do IFCE *Campus Ubajara*. Não sem dificuldades. Apesar da lei avançar sobre a inclusão, permanência e êxito dos estudantes com deficiência na escola, ainda precisamos percorrer um longo caminho até que se estabeleça uma aprendizagem qualitativa. A primeira barreira transposta foi a afinidade profissional para trabalhar de forma interdisciplinar.

Entre os principais resultados, é possível apontar que, por meio do trabalho interdisciplinar, foi possível intervir junto às problemáticas apresentadas pelos estudantes com necessidades educacionais específicas, promovendo adaptações necessárias, acompanhamento com diferentes profissionais e sensibilização de docentes. Aqui, elencamos alguns pontos de destaque. Um ponto positivo a ser destacado é a parceria de trabalho formada entre a equipe da Assistência Estudantil e Coordenadoria Técnico-Pedagógica, que se traduz em avaliação conjunta dos casos, intervenções articuladas, ainda que algumas ações sejam realizadas, especificamente, pelas pedagogas, assistente social, psicólogo e enfermeira, dadas as particularidades e singularidades de cada atuação. A referida parceria também é evidenciada pelas reuniões periódicas realizadas entre as áreas mencionadas.

Um segundo ponto a ser destacado é a intervenção junto ao corpo docente, que reconhece e valoriza o trabalho realizado pela Assistência Estudantil e Coordenadoria Técnico Pedagógica, procurando, consultando e agindo de maneira sinérgica em decisões que envolvam questões ligadas ao estudante, técnicas, ensino, etc. A parceria e sinergia relatada entre Assistência Estudantil, Coordenadoria Técnico-Pedagógica e corpo docente culmina na construção de um vínculo efetivo e sólido de confiança com o estudante (terceiro ponto), que passa a enxergar nos profissionais (psicólogo, assistente social, pedagogas, enfermeira) referenciais seguros aos quais pode dirigir demandas diversas. Ademais, mesmo quando não há procura espontânea por parte do estudante (nos casos em que há o encaminhamento de demandas por docentes, por exemplo), percebe-se boa adesão por parte do estudantes. Estes frequentam os encontros programados, buscam solucionar dúvidas e sugerem adaptações no plano de intervenção. Evidencia-se, portanto, a construção conjunta de um plano de intervenção educacional, considerando o estudante na posição de protagonista e não um alvo passivo de ações da equipe técnica e docente.

Pereira et al. (2016) apontaram aspectos a serem considerados, como acessibilidade, tecnologias, capacitação de docentes e reforma educacional. Tais aspectos evidenciam que a inclusão é um processo complexo e multideterminado, que envolve desde aspectos físico-estruturais até aspectos atitudinais. Este processo também deve incluir docentes, que são sujeitos-chave que podem contribuir para a efetivação da inclusão e superação de entraves e preconceitos, tendo, inclusive, o apoio institucional, conforme destacam Poker et al. (2017):

Faz-se nítido que os docentes ainda se sentem inseguros e despreparados para ensinar tal alunado, fenômeno esse que pode ser explicado pelo tipo de formação que tiveram que, de forma geral, é excelente quando analisada no âmbito da formação na graduação e pós-graduação, porém, pelo que foi verificado na pesquisa, é

insatisfatória quando relacionada às questões da educação inclusiva. Além disso, quando tratado durante a formação, tal conhecimento foca aspectos teóricos, filosóficos e legais em detrimento a aspectos práticos importantes como o uso de recursos e metodologias de ensino diferenciadas, adequações curriculares ou formas alternativas de avaliação de aprendizagem de alunos com necessidades educacionais específicas (p. 132)

O quarto ponto identificado é a formação de vínculo com o discente e a família. Tomelin et al. (2018) destacam a família como importante elo de ligação entre o discente e os profissionais envolvidos no processo de inclusão. Um exemplo simbólico ocorreu quando a tia de um dos estudantes acompanhado relatou que nunca tinham recebido visita domiciliar, de nenhum trabalhador das políticas públicas, o que demonstra o grau de importância das ações realizadas no âmbito da família.

Além dos resultados positivos que reconhecemos, é necessário que apontemos as limitações e desafios que lidamos em nosso cotidiano profissional. Um deles é a ausência de capacitação planejada e sistemática sobre inclusão de pessoas com deficiência. O que se observa, ainda, são iniciativas em desenvolvimento, como o Encontro Anual dos NAPNES do IFCE, momento importante de discussão de práticas exitosas e capacitação de toda a comunidade acadêmica no que tange aos desafios na inclusão de pessoas com necessidades educacionais específicas. Outro ponto em desenvolvimento é a questão físico-estrutural, ou seja, há a necessidade de haver uma política que garanta a implementação de tecnologias e instrumentais necessários ao campo da inclusão de pessoas com necessidades educacionais específicas. Tais limitações não se restringem ao campo do IFCE, mas sim representam um cenário nacional, que carece de mais investimentos nesse campo.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A legislação brasileira vem avançando na garantia de acesso à pessoa com deficiência a um sistema educacional inclusivo em seus mais diversos cenários. A necessidade de estabelecer uma metodologia de atendimento a esses discentes, que tenha como alicerce uma prática inclusiva, justifica-se, principalmente, pela especificidade dessa população que tendo seu acesso aos espaços educacionais garantido passa efetivamente a ocupá-los. A imprescindibilidade de tornar todo o processo acadêmico mais inclusivo requer um maior conhecimento dos profissionais de todos os aspectos que interfiram no desempenho acadêmico, na saúde e na qualidade de vida dessa população. As experiências de atendimento destes discentes, no contexto do IFCE *Campus* Ubajara, apresentam um caráter exitoso, pois através de esforços coletivos da equipe interdisciplinar foi possível observar progresso no desempenho

acadêmico dos discentes com necessidades especiais além de afastá-los da evasão. Experiências como as que estamos construindo servem para demonstrar que uma educação inclusiva no ensino técnico e superior é possível no Brasil.

Desafios de ordem prática ainda se impõem, principalmente, no que diz respeito à consolidação de todas as determinações que as legislações trazem como necessárias ao atendimento da pessoa com deficiência. Entretanto, percebemos estas experiências relatadas como base importante para compreender a necessidade dos discentes preparando profissionais e instituição para lidar de forma cada vez mais assertiva com este público. É necessário que as observações realizadas e refletidas com este estudo possam ser disseminadas entre os demais profissionais do Instituto a fim de que ocorra uma troca de experiências que colabore com um atendimento cada vez mais inclusivo. O estudo poderá também ser fonte de pesquisa para aqueles que desejarem conhecer o tema e desenvolver intervenções direcionadas à pessoa com deficiência, além de estimular a produção de outras pesquisas acerca da temática.

REFERÊNCIAS

BRASIL. **Decreto Nº 7.234, De 19 de Julho de 2010.** Dispõe sobre o Programa Nacional de Assistência Estudantil - PNAES. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2010/decreto/d7234.htm. Acesso em 02 Set. 2019.

IFCE. **Resolução Nº 005, De 30 de Janeiro de 2017.** Aprova o regimento dos *campi*. Disponível em: <https://ifce.edu.br/instituto/documentos-institucionais/00517AprovaoRegimentodoscampi.pdf>. Acesso em 02 Set. 2019.

IFCE. **Referenciais de atuação dos profissionais da Assistência Estudantil**, v. 1. 2016. Disponível em: <https://ifce.edu.br/espaco-estudante/assistencia-estudantil/publicacoes/referenciais-de-atuacao-dos-profissionais-da-ae.pdf/view>. Acesso em 02 Set. 2019.

IFCE. **Relatório das Ações da Coordenação Técnica Pedagógica - CTP no ano de 2018.**

IFCE. **Relatório das Ações da Coordenação Técnica Pedagógica - CTP no ano de 2019 (no prelo).**

BRASIL, **Decreto-Lei n.º 13146, de 6 de Julho de 2015**. É instituída a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência), destinada a assegurar e a promover, em condições de igualdade, o exercício dos direitos e das liberdades fundamentais por pessoa com deficiência, visando à sua inclusão social e cidadania. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/113146.htm. Acesso em 02 Set. 2019.

BRASIL. **Lei nº 13.409, de 28 de dezembro de 2016**. Dispõe sobre a reserva de vagas para pessoas com deficiência nos cursos técnico de nível médio e superior das instituições federais de ensino. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2016/Lei/L13409.htm. Acesso em 02 Set. 2019.

GAIO, R., MENEGHETTI, R. G. K. **Educação especial**. Petrópolis - RJ: Vozes, 2011.

GARCIA, R. A. B.; BACARIN, A. P. S.; LEONARDO, N. S. T. Acessibilidade e permanência na educação superior: percepção de estudantes com deficiência. **Psicologia Escolar e Educacional**, esp., p. 33-40, 2018.

KAUFMANN, J. **A entrevista compreensiva: um guia para pesquisa de campo**. Petrópolis, RJ: Vozes; Maceió, AL: Edufal, 2013.

MARQUES, A. H. Análise da Inclusão e da Acessibilidade no Ensino Superior: Um Sonho que se Tornou Realidade. **Tópicos Educacionais**, v. 23, n.2, p. 24-54, 2017.

PEREIRA, R. R.; SILVA, S. S. C.; FACIOLA, R. A.; PONTES, F. A. R.; RAMOS, M. F. H. Inclusão de estudantes com deficiência no ensino superior: uma revisão sistemática. **Revista Educação Especial**, v. 29, n. 54, p. 147-160, 2016.

POKER, R. S.; VALENTIM, F. O. D.; GARLA, I. A. Inclusão no ensino superior: a percepção de docentes de uma instituição pública do interior do estado de São Paulo. **Psicologia Escolar e Educacional**, esp., p. 127-134, 2018.

TOMELIN, K. N.; DIAS, A. P. L; SANCHEZ, C. N. M.; PERES, J.; CARVALHO, S. Educação inclusiva no ensino superior: desafios e experiências de um núcleo de apoio discente e docente. **Rev. psicopedag.**, São Paulo , v. 35, n. 106, p. 94-103, 2018 .

WELLICHAN, C. S. S.; SOUZA, C. S. A inclusão na prática: alunos com deficiência no Ensino Superior. **Revista on line de Política e Gestão Educacional**, v. 21, n. 1, p. 146-166, 2017.